

A INSTITUIÇÃO CRECHE: APONTAMENTOS SOBRE SUA HISTÓRIA E PAPEL

Beatriz Carmo Lima de AGUIAR¹

RESUMO: Este trabalho enfoca o início da instituição creche e a composição de forças que asseguraram sua sobrevivência histórica. A temática em foco é analisada considerando-se o contexto social em que a instituição foi criada, evidenciando com isso, a serviço de quem estava a creche e como era vista socialmente a criança que a freqüentava. Consta-se então, que somente a partir da década de 80 é que se iniciaram no Brasil debates sobre a função da creche para a sociedade, momento no qual a creche passa a se pensada e reivindicada como um lugar de educação coletiva das crianças. Verificando-se assim a busca pela superação da visão do papel assistencialista com a qual sempre foi identificada.

PALAVRAS-CHAVE: Creche; Assistencialismo; Educação Infantil; Mulher

ABSTRACT: THE "CRÈCHE" INSTITUTION: CONSIDERATIONS ABOUT ITS HISTORY AND ROLE

This paper focuses on the beginning of the "crèche" institution and the forces that guaranteed its historical survival. The subject is analysed, taking into consideration the social context in which the institution was created, which brings into evidence, who the "crèche" was aiming its service at and how the children who attended it were viewed. It is verified that discussions about the role of the "crèche" for society only started in Brazil in the eighties. At that time, the "crèche" started to be seen and demanded as a place for children general education and a search for changing the view of the social assistance role with which it had always been identified began.

KEY-WORDS: "Crèche"; Social Assistance; Children Education; Women

Para se compreender o fenômeno educativo é necessário apreender suas raízes históricas, visualizá-lo de maneira relacionada com os outros aspectos que compõem o espaço no qual está contextualizado. O primeiro ambiente conhecido como propiciador da educação infantil é o ambiente doméstico. Tradicionalmente este é o local mais comum para o início da educação infantil. Mas, um outro *locus* para o desenvolvimento infantil do mundo contemporâneo é a creche. Sendo assim, o resgate do aspecto histórico da instituição creche insere-se no esforço de compreensão daquele referido fenômeno. E é este o propósito deste texto, que para tanto está dividido em três partes, a saber, uma primeira em

que se enfoca o início e a composição de forças que asseguraram a sobrevivência histórica desta instituição; uma segunda parte em que a análise está centrada no desenvolvimento daquela instituição no Brasil pós -64 e toda a questão do assistencialismo presente aí. Por fim, através da temática "A instituição creche e a mulher", é abordada a relação entre a creche e a emancipação do gênero feminino.

A instituição creche: seus primórdios

A palavra creche, de origem francesa, significa "manjedoura" e foi utilizada para designar

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - 17525-900 - Marília - Estado de São Paulo - Brasil.

a primeira instituição criada há mais de duzentos anos, pelo Padre Oberlin "na França, para guardar e abrigar crianças pequenas consideradas necessitadas pela sociedade da época" (Abramowicz, 1995, p.09).

Com o avanço do capitalismo e conseqüente aumento do número de fábricas, começaram a aparecer na França as '*gardeuses d'enfants* (criadeira)'. Havia nestas instituições uma finalidade moral e uma econômica: moral, no sentido de resguardar certas crianças da rua e da fome por um lado, assegurando-se por outro lado, a finalidade econômica de ter suas mães submetidas ao trabalho fabril incessante em um regime de 16/18 horas diárias. Com isso, a estética de uma sociedade burguesa nascente também se legitimava ocultando dela mesma o entrave que eram os filhos das uniões ilegítimas.

No Brasil com desígnio idêntico, de "esconder a vergonha da mãe solteira", foi criada uma instituição para esse fim, a saber, a Fundação Romão Duarte de Mello Mattos, mais conhecida como a "Roda" (Rizzo, 1986, p.19).

1899 significa um marco histórico para a institucionalização das creches no Brasil, pois funda-se neste ano o Instituto da Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, uma instituição pioneira, de grande prestígio, que ulteriormente abriu filiais por todo o país. Também neste ano tem-se a inauguração, em 13 de novembro, da creche da Companhia de Fiação de Tecidos Corcovado, "a primeira creche brasileira para filhos de operários de que se tem registro" (Kuhlmann Junior, 1991, p.18-19). Entretanto, até o início do século XX, inexistia no Brasil uma política relativa às creches e, conseqüentemente um atendimento extensivo a crianças nas creches. O que existia era no meio rural, no sentido de cuidado da criança pequena afastada da mãe, uma absorção natural das muitas crianças órfãs ou abandonadas, "filhos bastardos originados em geral da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco, adotados por famílias de fazendeiros, ou o recolhimento das mesmas nas 'rodas de expostos' existentes em algumas cidades, criadas desde o início do século XVIII por entidades religiosas que procuravam fazer com que elas fossem conduzidas a um ofício quando grandes, preparando-as, pois, como mão-de-obra barata" (Mesgravis, 1975 apud Oliveira, 1988, p.45). Desta forma, as creches, os internatos e os asilos, eram visualizados nas vilas como ambientes que tinham por função cuidar dos problemas dos pobres e existiam na medida da necessidade da economia agrária.

Junto à urbanização e ao processo de industrialização, ocorrido na primeira metade do século XX, temos uma série de fatores que vão modificando a estrutura familiar tradicional no que se refere ao cuidado dos filhos pequenos. Essa modificação foi sentida principalmente pelas mulheres das classes mais pobres, que tiveram que assumir o trabalho assalariado para garantir a

própria sobrevivência da família, tornando-se muitas vezes o chefe da casa. Neste contexto, as creches não foram criadas para atender as necessidades da criança pequena, e sim, em resposta à necessidade do mercado de trabalho da mão-de-obra feminina ou ainda, conforme Cataldi (1992, p.23), da mulher de incorporar-se no mercado de trabalho.

Mas já no início do século XX, justamente quando as fábricas passam a absorver a mão-de-obra dos imigrantes europeus chegados ao Brasil desde o final do século XIX, a questão do atendimento aos filhos dos operários começou a ter novo tratamento. Naquela mão-de-obra, havia operários mais qualificados e politizados pela influência dos movimentos operários que aconteciam na Europa e nos Estados Unidos; que pressionaram os donos das fábricas por melhores condições de vida para eles e seus filhos.

Na década de 20, estes operários começam a se organizar nos centros urbanos mais industrializados do país e protestam contra as precárias condições de vida e trabalho a que eram submetidos. No campo de forças entre as classes, encontram-se a instituição creche: de um lado os operários reivindicam, entre outras coisas, creches para seus filhos, de outro lado os donos das indústrias, procurando "diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também algumas creches e escolas maternas para os filhos dos operários" (Oliveira, 1992, p.18). Alguns empresários perceberam que creches e escolas maternas eram vantajosas, pois as mães estando satisfeitas produziam melhor. Até a década de 20, como foi exposto, predominou no Brasil a noção de creche como a instituição onde as mães "vitimadas" pela "desgraça" deixavam seus filhos "ilegítimos" sem serem vistas. Com isso se preservava "o conforto do homem de uma sociedade patriarcal" tendo ainda como conseqüência, "a institucionalização da paternidade sem responsabilidade" (Rizzo, 1986, p.19).

Portanto, até 1920, o atendimento em creches, orfanatos e asilos era especialmente filantrópico e era destinado a filhos de mães solteiras que não tinham condições de criá-los e por isso os abandonavam. Como solução para acolher estas crianças tinha-se então, a já citada 'Roda'. Sendo assim, as escassas creches fora das indústrias, nas décadas de 20, 30, 40 e 50, eram de responsabilidade de entidades filantrópicas, laicas e, principalmente, religiosas. Com isso, "as idéias de abandono, pobreza, culpa, favor, caridade, acompanham as formas precárias de atendimento a menores neste período e, por muito tempo, talvez mesmo até hoje, tais idéias vão permear concepções acerca do que é creche" (Oliveira, 1988, p.45).

Todavia, os centros urbanos foram industrializados rapidamente, e paralelo a esse processo foi negligenciado uma política social relativa à infra-estrutura urbana em termos de saneamento básico, moradia etc., ocorrendo assim o risco de constantes epidemias. Temos então na década de 30, a creche defendida por médicos e sanitaristas preocupados com o modo de vida da classe operária.

No período de 1930 a 1960 evidencia-se uma preocupação com medidas que garantam a saúde, junto a população mais pobre. A preocupação de evitar a marginalidade e a criminalidade de crianças e jovens desta camada social levaram alguns grupos sociais politicamente influentes a advogar a creche como agência promotora de bem-estar social. A creche novamente é estabelecida como um donativo aos miseráveis.

Em 1943, o presidente Getúlio Vargas criou uma legislação específica, a CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), sobre regulamentação trabalhista na qual foi especificado: "a obrigatoriedade de creches no país, obrigatoriedade essa restrita às empresas privadas que empreguem mão-de-obra feminina em idade fértil, e extensiva apenas a seus filhos até seis meses de idade" (Rosemberg, 1989, p.94). De acordo com a lei, o *empresariado* era pressionado a prestar atendimento a crianças de 0 a 6 anos e o Estado (ao nível federal, estadual e municipal) ficava isento de qualquer iniciativa. Sendo pois o Estado através da CLT de 1943, isento em assumir o encargo de implantação de creches, ele começa a incentivar outras iniciativas de atendimento à criança pequena, como 'lares vicinais' e creches domiciliares. Um outro serviço dinamizado foi o de "segundas-mães" (mães crecheiras), que consistia em distribuir "uma determinada verba a mães da comunidade para cuidarem durante o dia de duas ou três crianças da vizinhança, além das suas" (Oliveira & Ferreira, 1989, p.41). Todavia, há muito tempo, ou seja, a partir do final do século passado, são construídas pré-escolas particulares e jardins para os filhos das camadas mais privilegiadas, para os filhos da elite, e "apenas mais tarde surgem oportunidades para as crianças mais pobres nas classes que cuidavam da faixa do pré-escolar" (Oliveira & Ferreira, 1989, p.38). Na verdade, o direito às creches no país, de acordo com a lei trabalhista, protegia apenas a amamentação do bebê, e não tinha nenhuma conotação de uma instituição voltada à educação da criança pequena (Idem, *ibid.*). Assim, negar algo para as crianças pobres que já estava sendo desfrutado pelos filhos das camadas privilegiadas da sociedade, na verdade, auxiliou a discriminar as crianças carentes cada vez mais.

Tem-se então que na segunda metade do século XX, as mulheres operárias e trabalhadoras em geral continuam a reivindicar creches. Como o poder público não fiscalizou a oferta de berçários, essa conquista legal não foi em geral efetivada na prática. Embora a necessidade de auxílio no cuidado com as crianças pequenas estivesse

intimamente ligada ao próprio sistema econômico, esse apoio não foi considerado como um dever social, sendo manifestado como um favor prestado ou uma ação de benevolência, de algumas pessoas ou grupos. Assim, no Brasil como em muitos países do terceiro mundo, a creche se insere num contexto de política clientelística do poder público. Enfim, o trabalho realizado junto às crianças no decorrer deste período - década de 30 a 60 - nas creches era de cunho assistencial-custodial. O cuidado era com alimentação, higiene e segurança física das crianças. Um trabalho voltado para a educação, para o desenvolvimento cognitivo e afetivo das crianças atendidas por esse tipo de instituição, não era cogitado e nem valorizado. Ou seja, dentro da história da creche, ela nasce para acolher os pobres e mesmo a partir da década de 1940, com a intensificação das políticas populistas, o atendimento em creches continuou a ser predominantemente assistencialista.

"A instituição creche no Brasil pós-64"

No período dos governos militares pós-1964, as políticas sociais adotadas no nível federal e estadual intensificam a idéia de creche como espaço de assistência a criança pobre, como sendo um favor prestado à criança e à família. Intensificaram-se também a ajuda governamental às entidades filantrópicas. Surge então, a teoria da "privação cultural", uma teoria invocada nas décadas de 60-70 no Brasil e também no exterior, para justificar a idéia de marginalidade das camadas sociais mais pobres e que foi um elemento importante no direcionamento da política de creches. De acordo com aquela teoria, considerava-se que o atendimento das crianças nas creches, poderia melhorar as condições sociais precárias a qual estavam submetidas; isto seria possível através de uma 'educação compensatória'. No entanto, nota-se que não há modificação nas estruturas sociais que geraram estes problemas. Em função disso foram elaboradas "propostas de trabalho em algumas creches e pré-escolas públicas, responsáveis pelo atendimento às crianças filhas de famílias de baixa renda, defendendo a estimulação cognitiva e o preparo para a alfabetização" (Oliveira, 1992, p.20-21). Neste ponto, "parece" começar a existir uma preocupação educacional com relação às camadas mais pobres por parte dos órgãos públicos.

Como foi observado no item anterior, até a década de 60, no Brasil, as creches organizavam seu espaço e seu cotidiano em função de alimentar, higienizar e dar segurança física às crianças, isto é, possuíam um caráter assistencial. A sua prática não era, portanto, voltada para a educação, para o desenvolvimento das crianças, quer seja cognitivo quer seja afetivo. Entretanto é oportuno e necessário aqui um esclarecimento conceitual. Ao afirmarmos que as creches possuíam um cunho assistencialista, pois que surgiram como meios paliativos para a sociedade, para tirar crianças pobres e órfãs das ruas, estamos entendendo que "o assistencialismo é

uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria que geram e para perpetuar o sistema de exploração. Essa atividade foi realizada com matizes e particularidades, em consonância com os respectivos períodos históricos, em nível oficial e privado, por leigos e religiosos. A sua essência foi sempre a mesma (à margem da vontade dos 'agentes' intervenientes): oferecer algum alívio para relativizar e travar o conflito, para garantir a preservação de privilégios em mãos de uns poucos" (Alayón, 1992, p.48).

Na década de 70 desenvolveu-se intensamente o setor privado da educação pré-escolar, criado para as classes média média e média alta e com uma linha educacional froebiliana. Nota-se que as pessoas vinculadas as instituições pré-escolares brasileiras estavam apenas preocupadas em desenvolver suas próprias escolas. Assim, utilizavam o termo "pedagógico" para atrair as famílias ricas, como uma atribuição do jardim da infância para estes, que não poderia ser confundida com as creches para os pobres. Creches e berçários mantidos por entidades particulares para crianças de classe média, cresceram em grande quantidade para em geral atender os "filhos de profissionais liberais, e que defendiam a creche como instituição educativa voltada para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança: Nos grandes centros urbanos, neste período, a reivindicação de amplas parcelas da população por creches intensificou-se e adquiriu conotações novas, saindo da postura de aceitação do paternalismo estatal e empresarial e exigindo a creche como um direito do trabalhador e dever do Estado" (Gohn, 1985 *apud* Oliveira, 1988, p.49).

No início da década de 80, o Brasil vive um período pré-eleitoral. Os partidos políticos incluem em seus projetos a expansão da rede de creches. Nesta década também o Movimento de Luta por Creches, criado oficialmente em 1979 como resolução do primeiro congresso da Mulher Paulista, cresce e se desenvolve. Este Movimento "não só reivindica, mas também zela pela qualidade do equipamento. Exige certos padrões na construção; discute o funcionamento da creche; participa da seleção de funcionários, inclusive das diretoras da creche (...)" (Rosemberg, 1989, p.98).

A creche tornou-se então um direito do trabalhador. O ciclo de expansão de creches, ocorre no Brasil, a partir da segunda metade da década de 70, inclusive com uma revisão de seu significado (Rosemberg, 1989, p.92-93). A reivindicação além de ser comandada pelos movimentos populares de luta por creches, teve também o apoio do movimento feminista. As conseqüências desses movimentos foram um acréscimo do número de creches organizadas, sustentadas e administradas diretamente pelo Poder Público e um acréscimo da participação das mães no trabalho realizado pelas creches. Neste contexto, é possível constatar que o papel dos movimentos sociais foi fundamental na luta e na conquista de novas creches, pois como foi observado, o Estado durante anos se sentiu

desobrigado para com a sociedade de implantar creches. A conquista desse movimento, exigindo do Estado nova postura, deveu-se a consciência política do referido movimento ou seja, a concepção da creche como direito do trabalhador e sobretudo como direito da criança, concepção essa que não só cobrou respostas do Estado à questão como também agilizou o processo de se pensar a creche sob uma nova ótica, a saber, como um espaço de educação adequado às crianças pequenas.

O processo de superação daquela visão assistencialista, de cuidados, que predominava nas creches e na sociedade em geral, ao invés de se enxergá-la como instituição educativa, se ocorreu e ainda ocorre, necessariamente deve-se aos movimentos sociais, principalmente o feminista. Foram anos de luta que começaram com pequenos movimentos, mas ao aumentar o número de integrantes e a força das reivindicações, o Estado teve que ir aos poucos cedendo e redefinindo sua política para o setor.

"A instituição creche e a mulher"

Na década de 20, no Brasil, devido a incorporação dos imigrantes e também pela maior tendência em empregar os homens aqui nascidos, ocorre um decréscimo da participação da mulher no setor operário. Apesar desse decréscimo de participação, o problema da mulher operária em relação a seus filhos pequenos teve de alguma forma pequeno atendimento a partir dos movimentos operários atuantes nessa década nos centros urbanos mais industrializados do país (Oliveira, 1988, p.46). Essas poucas conquistas, entretanto, além de não terem ocorrido sem conflitos, não eram na realidade, o ideal moral de uma sociedade capitalista agrária e patriarcal. Tanto o discurso dos patrões quanto o próprio movimento operário possuíam um ideal de mulher centrada no lar e que só trabalhava por muita necessidade econômica. Deste modo, as poucas creches fundadas continuavam a ser vistas apenas como paliativos, meios remediadores de uma situação como um "mal oportuno".

Na década de 50 foi constatado um novo aumento da participação feminina no mercado de trabalho e novos elementos se somam à discussão sobre creche. Existe a população que se desloca da zona rural e vai para os grandes centros urbanos, com a mulher não podendo assim, contar com familiares e com a vizinhança para cuidar dos filhos; há também um acréscimo do número de mulheres da classe média no mercado de trabalho, aumenta a demanda por creches para seus filhos tanto por parte de professoras, funcionárias públicas como por operárias e domésticas.

A história da creche está, desse modo, ligada a alterações na economia que por sua vez modificavam o papel da mulher em nossa sociedade, e suas repercussões no âmbito da família, especialmente no que se refere à educação dos filhos. Além de trabalhar fora, a

mulher tem que dar conta das tarefas domésticas, especialmente a da guarda de seus filhos pequenos enquanto trabalha. Tendo, pois, dificuldades em obter ajuda familiar (parentes) ou comunitária, as mães começaram a pressionar o poder público e também empresas privadas para manter e organizar creches.

O jornal *Nós Mulheres*, traz um trecho interessante referente às mudanças no papel da mulher, à importância do movimento feminista e à maneira como o significado de creche vai se modificando:

“Achamos que nós mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida (...). É possível que nos perguntem: mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos? Nós respondemos: o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares...”(n.º 1, jun.76, editorial apud: Rosemberg, 1989, p.97).

Na verdade, a luta travada pelas mulheres por creches para seus filhos em todo o período apresentado, ensinou-lhes a identificar a creche como um direito da população e, além disso, como um direito da criança de possuir um espaço adequado para sua educação, complementar à educação familiar. Dentro deste contexto em que a visão de creche vai se modificando, a Constituição de 1988 vai refletir o movimento recente de reconsiderar as funções sociais dessa instituição. A Constituição reconhece a creche como uma instituição educativa, sendo a educação, um "direito de todos e dever do Estado e da família" onde tal "dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (Brasil. Constituição, p.128-129). Foi pela Constituição de 1988 também, que a referida faixa etária recebeu o nome genérico de "educação infantil" (Niskier, 1997, p.9).

A década de 80 foi um marco para o histórico no que diz respeito à concepção sobre creche, pois esta passa a ser visualizada como educativa também e não só assistencial, ou seja ocorre uma mudança do foco assistencial, para educativo. Temos portanto, uma superação da referida condição assistencialista das creches. Retomando um pouco, vemos que a creche e seu gerenciamento, era muitas vezes feito pelas mãos da população, que de acordo com Oliveira (1988, p.50) se organizava para construir creches comunitárias que eram geridas pelos próprios

usuários. Nesse contexto, a Constituição de 1988 foi fundamental para ampliar a visão de creche existente até então, pois a reconhece como um direito da criança, e gradualmente um número maior de creches vai sendo gerido pelo Estado. A nova concepção de creche, como sendo um direito da criança, não só "opõe-se à visão tradicional da creche como uma dádiva, como um favor prestado à criança, no caso, à criança pobre e com funções apenas assistencialistas e de substituição da família" (Oliveira, 1992, p.22), como também auxilia no processo de superação da visão da creche como "mal necessário", estimulando a compreensão da mesma como um espaço garantido por lei à criança que deve propiciar a sua educação e seu desenvolvimento.

Evidentemente, a creche representa uma solução concreta para viabilizar a liberação da mulher para o mercado de trabalho. No entanto, não apenas este aspecto deve ser destacado. Principalmente o papel da creche na formação do cidadão é que deve assumir relevância, pois como se sabe, são nos primeiros anos de vida que a estrutura básica da personalidade humana se forma. Torna-se necessário, por conseguinte, que o trabalho realizado dentro destas instituições, assumam não só um caráter assistencial mas também e fundamentalmente educativo, propiciador do desenvolvimento infantil no seu aspecto global. Neste momento, vale ressaltar algumas concepções oriundas da LDB que possibilitaram avançar na discussão sobre a função da educação infantil e sua importância. Dentro da educação infantil, a LDB se propõe a desenvolver a criança, sendo que esse desenvolvimento "deve ser de tal forma que o educando receba uma formação comum que venha a permitir-lhe a inclusão, como cidadão, na vida em sociedade" (Niskier, 1997, p.174). Aqui percebe-se que há um avanço em relação à concepção que se tinha da criança, principalmente da criança pobre, pois é possível notar que a educação torna-se direito de todos, sem exceção, independente de classe social e que a preocupação maior é formar cidadãos. É pela LDB também que a faixa etária de 0 a 6 anos é subdividida em duas: de zero a 3 anos nas creches e de 4 a 6 anos nas pré-escolas. Segundo Niskier "reafirma-se ainda que a educação infantil é direito da criança e dos seus pais e dever do Estado e da família" (1997, p.175).

A visão assistencialista, porém, se tornou popular e é difícil de ser superada, porque a creche tem sido objetivo de todos os tipos de discriminação por não ser ainda reconhecida –de fato por muitos –como um espaço legítimo de educação e desenvolvimento da criança pequena. Essa superação do papel da creche ocorrerá à medida em que, entre outros fatores, também se conceba a creche como um dos contextos de desenvolvimento da criança, pois além de prestar cuidados físicos, ela pode possibilitar o seu desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional. Neste contexto observamos que a creche passa a ser também uma reivindicação de

homens e mulheres uma vez que os filhos são de responsabilidade de ambos os sexos. E essa conquista legal é fruto de todo um movimento histórico que possibilitou alterações na forma de conceber a criança e seu desenvolvimento, nas funções da família e no próprio papel da mulher em relação à família, aos filhos e ao trabalho.

Como visto, foi a partir da década de 80 que se iniciaram no Brasil por iniciativa de movimentos populares, debates sobre a função da creche para a sociedade moderna. Nesse momento, a creche passa a ser pensada e exigida como um lugar de educação coletiva das crianças e se constata a necessidade de extinguir a visão assistencialista com a qual sempre foi identificada. Notamos, portanto, que o significado da creche vem se modificando e suas funções estão sendo redefinidas. Ao avançar sobre a questão do assistencialismo afirma-se a identidade da creche, ou seja, reconhece-se a evolução das práticas e crenças sobre o cuidado da criança e se reconhece a creche como área legítima de educação e crescimento da primeira infância.

Finalizando, entendemos que o objetivo da creche na forma como surgiu, isto é marcada pelo assistencialismo não era o de compartilhar, e sim de apropriar-se da criança, uma vez que considerava as mães incompetentes para cuidarem de seu filhos. Apenas a instituição se concebia como eficiente, não aceitando nenhuma intervenção das mães. Esta "eficiência" era autoritária, pois a preocupação primeira das creches era de abrigar crianças carentes, órfãs que se achavam jogadas pelas ruas, e de certa forma escondê-las da sociedade. Durante muito tempo

dentro dessa dimensão, a creche era apresentada como uma "caridosa" substituta materna e assim definia a sua identidade: "completando a ação para a qual o outro não tem competência" (Haddad, 1991, p.102). Nesta concepção que se estende, para muitos, até os dias de hoje, a creche foi criada para crianças pobres.

Porém o fato de famílias de diferentes camadas sociais possuírem filhos em creches, faz também com que a concepção assistencialista e autoritária vá gradualmente sendo superada e conforme o observado, no Brasil a partir da década de 80, a função da creche está sendo discutida e redefinida. No final desta década já se conclui que esta deve ser um equipamento e um direito sobretudo educativo.

Hoje é essencial compreender a creche enquanto instituição de formação que, através da prática pedagógica de seus educadores, tem a função de auxiliar no papel educativo das famílias. Sendo assim, a creche deve ser pensada não como um local que substitui a família, mas como um ambiente de socialização diferente do familiar, pois ela é um espaço de formação do futuro cidadão, um espaço de vivências e de interações. Julgamos que partilhar a educação com a família é um elemento primordial para uma creche comprometida com a formação do homem do seu nascimento aos seis anos. O que em termos atuais se torna mais urgente é saber até onde vai tal compromisso, os princípios que o fundamentam e os limites e perspectivas existentes em decorrência dos mesmos no cotidiano pedagógico da instituição creche.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWICZ, A; WASKOP, G. *Creches: atividades para crianças de zero a seis anos*. São Paulo: Moderna, 1995.
- ALAYÓN, N. *Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?* São Paulo: Cortez, 1992.
- BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 10.ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1988, p. 128-129.
- CATALDI, M. C. C. Modificações sociais e a participação da mulher no mercado de trabalho. In GAYOTTO, M. L. C. et al. *Creches: desafios e contradições da criação da criança pequena*. São Paulo: Ícone, 1992.
- HADDAD, L. *A creche em busca de identidade*. São Paulo: Loyola, 1991.
- JUNIOR, M. K. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.78, p.17-26, ago. 1991.
- NISKIER, A. *LDB: a nova lei de educação: tudo sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional: uma visão crítica*. 5.ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1997.
- OLIVEIRA, Z. de M. R. de. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, v.14, n.1, p.43-52, 1988.
- OLIVEIRA, Z. de M. R. de; FERREIRA, M. C. R. Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo: histórico de uma realidade- 1986. In: ROSEMBERG, F. (Org.) *Creche*. São Paulo: Cortez, 1989.
- OLIVEIRA, Z. de M. R. de; MELLO, A. M. , VITORIA, T. , et al. *Creches: crianças faz de conta & cia*. Petrópolis, Vozes, 1992.
- RIZZO, G. *Educação pré-escolar*. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso creche - 1984. In: ROSEMBERG, F. (Org.). *Creche*. São Paulo: Cortez, 1989.